Mostra Científica
FACULDADE CATHEDRAL

ADULTIZAÇÃO INFANTIL NA ERA DIGITAL: o limite entre o poder familiar e a responsabilidade civil dos pais

Natasha Moraes Bezerra Mota
Acadêmica em Direito.
natashamota2020@gmail.com

Laize Aires Alencar Pereira
Professora Mestre em Direito.
adv.laizealencar@gmail.com

RESUMO
O presente artigo analisa o fenômeno da adultização infantil no ambiente digital, com ênfase nos limites do poder familiar e na possibilidade de responsabilização civil dos genitores diante da exposição de crianças e adolescentes nas redes sociais. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: até que ponto a exposição de menores, em contextos que caracterizam a adultização precoce, configura violação aos direitos da personalidade assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro? Como objetivo geral, busca-se examinar a adultização infantil na era digital à luz da responsabilidade civil dos pais, tendo como objetivos específicos compreender o fenômeno e suas manifestações, analisar os direitos da personalidade da criança e do adolescente e investigar os limites jurídicos do exercício do poder familiar. A metodologia adotada foi qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e explicativo, utilizando-se do método dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica e documental, incluindo doutrina, artigos científicos e jurisprudência. Os resultados indicam que a superexposição infantil nas redes sociais, frequentemente associada à monetização da imagem e à reprodução de padrões adultizados, configura potencial violação aos direitos da personalidade, especialmente à imagem, à privacidade, à dignidade e ao desenvolvimento saudável. Evidenciou-se, ainda, que o poder familiar não é absoluto, devendo ser exercido em consonância com o princípio da proteção integral e do melhor interesse da criança. A análise jurisprudencial demonstra a crescente tendência de responsabilização civil dos genitores em casos de exposição abusiva, especialmente quando há situação vexatória ou finalidade econômica. Conclui-se que a adultização infantil no ambiente digital demanda uma releitura dos institutos jurídicos tradicionais, impondo a necessidade de limites à liberdade parental e de fortalecimento de mecanismos de proteção à infância, a fim de assegurar o pleno desenvolvimento da criança em conformidade com sua dignidade e condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Palavras-chave: Adultização Infantil; Responsabilidade Civil dos Pais; Poder Familiar; Direitos da Personalidade; Proteção Integral.